

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO RELATOR DO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.**

PROC. TC- 004032.989.23-8

HUGO CESAR LOURENÇO, na condição de Prefeito do Município de Rifaina, brasileiro, casado, portador do CPF n.º 086.952.966-87, residente e domiciliado na cidade de Rifaina à Rua General Osório 236, nos estritos termos do relatório extraído dos autos supra mencionado, proferido pelo Agente de Fiscalização Financeira - TCESP, datado de 16 de agosto de 2024, tendo sido notificado do r. despacho de V.Exa., na guarda do prazo legal, através de seu advogado e procurador infra-assinado, vem mui respeitosamente a presença de V.Exa., apresentar suas **JUSTIFICATIVAS/DEFESA**, consoante segue:

Trata-se das contas relativas ao exercício financeiro de 2023, apresentadas em face do artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93 e resultantes da inspeção realizada no Município de Rifaina, em atendimento ao que dispõe o artigo 24, parágrafo 1º. da norma supramencionada, apresentados em itens próprios do relatório de auditoria, cujo exame foi realizado pela agente de fiscalização financeira do TCESP - Unidade Regional de Ituverava - U.R – 17.

Preliminarmente, cumpre salientar, que consoante se depreende do relatório de auditoria, registrou-se que os principais indicadores de gestão da Prefeitura Municipal de Rifaina foram atendidos e encontram-se regulares, destacando-se:

- Integral cumprimento ao disposto no art. 212 da CF, com aplicação de 27,57% na manutenção e desenvolvimento do ensino e consequente complementação ao preceituado no art. 1º., parágrafo único da Emenda Constitucional 119/2022; Cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei 14.113, de 25 de dezembro de 2020, utilizando todo o Fundeb recebido; Aplicação de 24,90% na Saúde em atendimento ao disposto no artigo 24 da Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012; A despesa Total com Pessoal encontrou-se dentro do limite previsto no art. 20, inciso III da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, encerrando o exercício de 2023 com índice de 34,48% da receita corrente líquida; Regularidade dos subsídios percebidos pelos agentes políticos; Regularidade nos recolhimentos dos encargos sociais (INSS, FGTS e PASEP); Os repasses à Câmara Municipal obedeceram ao limite do art. 29-A da CF; Cumprimento ao disposto no & 1º. do artigo 100 da Constituição Federal e posição jurisprudencial desta Corte, tendo o Município de Rifaina procedido os pagamentos dos valores relativos aos precatórios judiciais,, bem como os das requisições de pagamentos de pequeno valor incidentes no exercício, não havendo dívidas judiciais a serem registradas no Balanço Patrimonial; Regularidade das despesas; Licitações e Contratos, não sendo verificada nenhuma falha de instrução formal envolvendo processos licitatórios, bem como os de dispensa e inexigibilidade; Regularidade da ordem cronológica de pagamento; Boa ordem formal dos livros e registros; Transparência na Gestão Pública;

Que muito embora os principais indicadores de gestão da Prefeitura Municipal de Rifaina relativos ao exercício de 2023, encontram-se favoráveis, cabendo-nos entretanto, apresentar as justificativas necessárias aos apontamentos nele constante, consoante segue: .

A.2.1. IEG – ASPECTOS RELEVANTES

Consoante relatado a série histórica (2020, 2021, 2022 e 2023) do Índice de Efetividade das Gestão Municipal (IEG-M) apresentou estagnação nota C.

Antes porém de adentrarmos as justificativas propriamente dita, importante salientar que muito embora o IEG-M tenha por escopo traçar indicadores que estabeleçam uma métrica das ações sobre a gestão municipal, não podemos deixar de considerar as peculiaridades e dificuldades encontradas pelos pequenos municípios para as adequações que se fizerem necessárias a esse novo e moderno modelo de fiscalização.

Feitas essas considerações passaremos agora a apresentar item a item as justificativas cabíveis e necessárias, que impactaram na obtenção de nota C do IEG-M, consoante segue:

A.2.1.1. PLANEJAMENTO DAS POLITICAS PÚBLICAS e A.2.1.1.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

O Município de Rifaina, atendeu os requisitos obrigatórios no planejamento da gestão pública, previstos no art. 165 §§ 1o. e 2o. da Constituição Federal, arts. 2o a 8o. da Lei Federal n.º 4.320/64 e arts. 4o. a 5o. da Lei Complementar no 181, & 1o. da Constituição Federal, editando o PPA, LDO e LOA de acordo com os mandamentos estabelecidos na legislação de regência.

Entretanto, no quesito Planejamento das Políticas Públicas (I.Plan/IEG-M) teve seu índice atribuído em “C”, em razão de autorização contida na Lei Orçamentária Anual de abertura de créditos suplementares em percentual de (25%), superiores a inflação do período (IPCA 4,62%).

Pois bem, inobstante a Prefeitura Municipal de Rifaina, no exercício em exame, haver promovido a abertura de créditos adicionais e transferências, remanejamento e transposições no valor total de R\$ 20.404.479,29 (parte com a autorização contida na LOA e o restante através da aprovação de leis autorizativas específicas – docs. em anexo), importante destacar que referidos créditos adicionais, deram-se em sua grande parte ao atendimento a termos de convênios firmados entre o Município de Rifaina e a União e o Estado de São Paulo, obtidos e assinados no decorrer do exercício econômico financeiro, por evidente imprevisíveis por ocasião da elaboração da LOA, bem como a realização de ajustes entre fontes de recursos e código de aplicações.

Frisa-se ainda, que inobstante a abertura de referidos créditos adicionais, que foram suportados por recursos de convênios, não se verificou no exercício em análise déficit financeiro, ao revés, tendo ao final do exercício de 2023, verificado um superávit financeiro da ordem de R\$ 6.324.998,64 (quadro de fls. 09 e 10 do relatório de auditoria) a demonstrar o equilíbrio financeiro e efetivo planejamento, pelo que requer seja relevado os apontamentos supramencionado.

A.2.1.2. EXECUÇÃO DAS POLITICAS PÚBLICAS DO ENSINO (I-Educ/IEG-M) e A.2.1.2.1- FISCALIZAÇÃO ORDENADA DO PERÍODO.

No exercício em exame a Prefeitura Municipal atendeu o disposto no artigo 212 da Constituição Federal, aplicando 27,67% de sua receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino (quadro de fls. 13 do relatório de auditoria); bem como atendeu ainda o disposto no artigo 60, inciso XII, do ADCT, dispendendo mais 60% do FUNDEB para remuneração dos profissionais do magistério da educação básica; e por fim utilizando todo o recurso do FUNDEB recebido, cumprindo deste modo o artigo 21 da Lei Federal n.º 11.494/2007.

De outro lado, as irregularidades noticiadas na Fiscalização Ordenada (Tema Escola de Tempo Integral) já foram devidamente equalizadas, tendo a Prefeitura Municipal de Rifaina firmado convenio com o Ministério da Educação, mediante termo de Adesão ao Programa Escola Tempo Integral (doc. anexo) em fase de implantação, visando o integral cumprimento da Meta 6 do Plano Nacional de Educação.

De outro lado, com a respectiva implantação restará regularizado os demais apontamentos todos relacionados ao Programa Escola Tempo Integral (custo operacional por aluno, professores que atuam com exclusividade neste programa, diretores providos mediante concurso público e oferecimento de capacitação aos profissionais vinculados à educação integral).

A.2.1.3. EXECUÇÃO DAS POLITICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS (I Amb/IEG-M)

No tocante ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal, o setor ambiental obteve índice de classificação “C ” (em fase de adequação), estando a Prefeitura Municipal de Rifaina promovendo as adequações necessárias, inclusive já tendo editado o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, (docs.anexo), dando desse modo, integral cumprimento ao disposto na Lei 12.305/2012.

A.2.1.4 EXECUÇÃO DAS POLITICAS PÚBLICAS DE TECNOLOGIA

Na área de tecnologia e informação (I Gov TI), a administração igualmente tem buscado o seu aprimoramento, tendo para tanto procedido a criação e regulamentação do acesso ao serviço de informação e do SIC, por meio físico e eletrônico, disponibilização em tempo real da execução orçamentária e financeira, dentre outros já mencionados.

De outro lado, encontra-se em andamento estudos visando a implantação do Plano Diretor da Tecnologia da Informação e da Política de Segurança, formalmente instituída, que tão logo concluída será encaminhada ao legislativo municipal para sua apreciação e posterior conversão em Lei Municipal, pelo que requer seja relevado o apontamento.

B.1. CONTROLE INTERNO/CONTROLADORIA/AUDITORIA INTERNA

Consoante relatado a Prefeitura Municipal de Rifaina instituiu o Sistema de Controle Interno através da Lei Complementar Municipal n.o 03 de 15 de outubro de 2013, desde de então tendo o responsável produzido os respectivos relatórios da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Administração Municipal.

De outro lado, em cumprimento a decisão proferida nos autos da ADIN n.o 2146985-98.2023.26.0000 que tramitou perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que declarou a inconstitucionalidade dos art.6º., 8º, 9º, 11 e 70 da legislação supra e do art. 70 em sua redação originária, promove-se a exoneração do servidor efetivo designado para as funções de controlador interno.

Em razão disso, a administração municipal editou nova legislação para o Sistema de Controle Interno (Lei Complementar n.o 05 de dezembro de 2023), promovendo as retificações necessárias, bem como promovendo a realização de concurso publico para o provimento do cargo de controlador interno, já devidamente homologado (docs. anexo), cuja convocação se dará após o período eleitoral, face as vedações contidas no inciso V do art. 73 da Lei Federal n.o 9.504/1997

B.3.2. DEMAIS APURAÇÕES SOBRE O FUNDEB

Infere-se do quadro de fls. 16 do relatório de auditoria que a Prefeitura Municipal de Rifaina mantém conta específica para a gestão e vinculada ao Fundeb, de titularidade do órgão reponsavel pela educação, sendo as despesas identificadas no âmbito do Audeesp de acordo com os códigos de aplicação dos recursos, bem como disponibilizando referidas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, verificando ainda que houve implantação do serviço de psicologia educacional e de serviço social nas redes publicas escolar compondo equipes multiprofissionais.

De outro lado, face ao Município de Rifaina dispor de apenas uma instituição financeira (Banco Santander do Brasil S.A), a movimentação da folha de pagamento dos servidores da educação restam depositada junto a essa instituição, sem o que os servidores teriam que deslocarem-se as cidades vizinhas (a mais próxima distando aproximadamente 40 Km do Município) para receber e gerenciar os seus proventos, o que não seria razoável, pelo que requer seja considerado o apontamento .

C.2. DESPESAS COM CONFRATERINIZAÇÃO DOS SERVIDORES

A Prefeitura Municipa de Rifaina, no exercício de 2023 promoveu no final do exercício de 2023 confraternização de seus servidores, buscando a integração de todos os funcionários com os diversos departamentos, visando a paz social, valorização, reconhecimento e consequente melhoria nos serviços disponibilizados à população.

O município conta com 433 servidores e visando sua integração foi realizado um jantar no Centro de Eventos Municipal, sendo dispendido a quantia total de R\$ 52.570,00 (refeição e locações), perfazendo uma per-capita de R\$ 121,40 por pessoa, podendo em razão disso, tendo em vista a finalidade e moderação dos dispêndios, ser relevado com recomendações a despesa realizada.

Importante ressaltar, que a despesa relacionada no relatório de contas (fls.19), no valor de R\$ 10.200,00, diz respeito a contratação de locação de estrutura de iluminação, tendas, banheiros químicos, gerador de energia para eventos públicos realizados no período de setembro e dezembro/2023, sem qualquer relação com a confraternização dos servidores levados a efeito no final de dezembro, já que o Centro de Eventos Municipal é dotado de toda a estrutura física.

C.3. TAXA DE COLETA DOMICILIAR DE LIXO

O município através da Lei Complementar n.º 03 de 15 de abril de 2019 alterou o Código Tributário Municipal, estabelecendo-se a cobrança da Taxa de Coleta Domiciliar de Lixo, conjuntamente com o IPTU, apurado entretanto, que no presente exercício arrecadou-se o montante de R\$ 404.987,49 a esse título, contra uma gasto de despesa de R\$ 2.092.019,16 relativos à coleta e destinação final de resíduos sólidos, conforme relatado indicando a necessidade de revisão desses valores para a prestação do serviço.

Importante esclarecer, que a diferença verificada, deve-se em grande parte a inadimplência do contribuinte no pagamento dos tributos municipais, já devidamente inscrito em dívida ativa, ensejando a cobrança pela via judicial, encontrando-se em andamento execuções fiscais visando o seu recebimento, pelo que requer seja relevado o apontamento

C.4. DESAPROPRIAÇÕES

Com relação a esse tópico, conforme relatado foi objeto de apontamento no relatório e análise das contas de 2022 (TC – 004005.989.22-3), ocasião em que apresentou-se as devidas justificativas elucidando os apontamentos, ao final sendo emitido parecer favorável a aprovação das contas pela 1ª. Câmara do TCE/SP (sessão de 27/08/2024), pelo que reiteramos:

Através do Decreto Municipal n.º 1.360 de 10 de agosto de 2002 e Decreto Municipal n.º 1424 de 27 de outubro de 2023, declarou-se de utilidade pública imóveis urbanos que especifica para fins de desapropriação, amigável ou judicialmente, para fins de serem utilizados para implantação de Ginásio Poliesportivo.

Referidos programas e ações encontravam-se devidamente previstos no PPA, LDO e Orçamentos Anuais, por evidente após a aquisição de referidas áreas, deu-se início a estudos técnicos visando a elaboração do projeto de engenharia visando a abertura de licitação pública para a contratação de empresa visando a sua construção, que somente pode ter início após a efetiva desapropriação da área (adquiriu-se a área para após realizar-se o projeto de acordo com suas características), em fase final de conclusão..

De outro lado, a área objeto da desapropriação constante no Decreto 1434 de 27/10/2024, anexa a área anteriormente desapropriada pelo Decreto 1.360 de 10/08/2022, visa a melhoria da área útil a ser utilizada na construção do Ginásio Poliesportivo, já que com a instalação das torres de transmissão de energia por parte da CPFL, a área não edificandi 15 metros do eixo da linha, será utilizada para estacionamento de veículos para servir ao complexo esportivo.

Por fim, os imóveis objetos das desapropriações noticiadas foram precedidas de avaliações por 03 (três) corretores de imóveis e realizadas a pedido da Prefeitura Municipal de Rifaina, tendo o processo administrativo de desapropriação seguido os ditames da legislação (artigo 10-A & 1º. do Decreto -Lei 3.365/1941.

No caso vertente, tendo o proprietário tomado ciência do decreto, mediante publicação na imprensa, compareceu na Prefeitura e aceitou o valor ofertado para desapropriação de acordo com as avaliações levadas a efeito, lavrando-se em razão disso, lavrando-se as competentes escritura pública de acordo com a legislação de regência.

F.2 ATENDIMENTO A LEI ORGANICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Consoante relatado, o Município de Rifaina tem dado completo atendimento a Lei Orgânica e Instruções expedidas por esse E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, atendendo de igual modo as suas Recomendações, consoante justificado anteriormente, inobstante as peculiaridades dos pequenos municípios para a completa adequação aos índices do IEG-M, não medindo esforços a seu aprimoramento, requerendo seja considerado por V.Exa.

DO PEDIDO

Ante ao exposto, requer seja esta recebida e considerada, consequentemente justificadas as ressalvas mencionadas, para o fim de **aprovação das contas apresentadas** pelo Executivo Municipal de Rifaina, **relativos ao exercício econômico-financeiro de 2023**, por ser medida de Direito e Justiça, vez que em perfeita ordem a documentação e contas apresentadas.

Nestes Termos
Pede Deferimento

Rifaina, 04 de outubro de 2024

Washington Fernando Karam
O.A.B/SP 98.580